

A POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA NA ADMINISTRAÇÃO CHÁVEZ.

Michele Corrêa de Castro. Orientador: Marcos Tadeu Del Roio. Ciência Política. Ciências Sociais. Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Faculdade de Filosofia e Ciências. Unesp Campus de Marília.

Através da concepção de geopolítica¹ – não vinculada somente à lógica militar, mas que reflete as relações de poder em âmbito doméstico e internacional, sendo também um meio e uma estratégia válida para a análise política – que abordaremos nesta pesquisa a conduta da política externa da Venezuela. Deste modo, será considerado, também, a importância geopolítica deste país no cenário latino-americano e diante do seu maior parceiro comercial (os Estados Unidos), particularmente no contexto do pós-Guerra Fria até 2002. Momento em que se verifica um aprofundamento do processo de mundialização² do capital e do avanço de práticas neoliberais, tendo em vista as assimetrias de poder nas relações entre os Estados. Assim, compreendemos por Relações Internacionais, na perspectiva de Gramsci, como o reflexo das relações sociais, ou seja, as RI's seguem os interesses de classes antagônicas no contexto internacional, é uma reprodução da política doméstica em âmbito internacional, seja no sentido de uma grande política (a luta orgânica pela defesa e conservação de interesses econômico-sociais) ou de uma pequena política (que compreende as questões parciais, as quais reproduzem uma estrutura já estabelecida de uma mesma classe).

O discurso hegemônico neoliberal pós-Guerra Fria na América Latina, teve um resultado processual na balança de bens e serviços de déficits contínuos, tendência que só se mostrou revertida a partir de 2000 no Brasil e na Argentina, na medida que as crises cambiais nestes países fizeram com que estes propiciassem intensivas desvalorizações da moeda. O crescimento econômico o PIB (Produto Interno Bruto) da região manteve um comportamento medíocre, transitando de um patamar de 3% para 2% no período 1989-2002, com queda acentuada a partir de 1997, atingindo um valor negativo em 2002. Outro dado é a dívida externa no período 1994-2002, onde se verifica um aumento percentual e conjuntamente um declínio no crescimento do PIB.

No que diz respeito à Venezuela, este país se mostra como um diferencial no continente latino-americano. Segundo o historiador Perry Anderson em *Balanço do Neoliberalismo*³, das quatro experiências neoliberais na década de 80, México, Argentina, Peru e Venezuela; a venezuelana fracassou. Pode ser notada uma tendência ao fortalecimento do poder executivo nos regimes neoliberais, quase a associar neoliberalismo e formas de bonapartismo⁴. A forte concentração do poder executivo já existia no México, um regime de partido único; Menem e Fujimori tiveram que efetuar na Argentina e no Peru golpes e reformas na constituição. Este contexto bonapartista não foi verificado na Venezuela com sua democracia partidária desde 1958.

No que se refere ao termo geopolítica, este foi cunhado, aproximadamente, entre finais do século XIX e meados do século XX, pelo jurista sueco Rudolf Kjéllen. De certa maneira, sua utilização, ainda hoje é motivo de muitos receios e de muita polêmica⁵. A geopolítica é conceituada de maneira distinta.

Fortemente ligada à ciência política, a geopolítica não se satisfaz com a mera descrição física de um determinado território, seja para interesses domésticos ou internacionais. Ela se preocupa com os movimentos dos acidentes geográficos e com a aplicação desses na formulação de uma política que visa fins estratégicos. Nesse sentido, escreve o cientista político Shiguenoli Miyamoto:

¹. Cf. MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica e poder no Brasil. São Paulo/Campinas: Papirus, 1995.

². Cf. CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

³. ANDERSON, Perry. "Balanço do Neoliberalismo". In.: Pós-neoliberalismo. (orgs) SADER, Emir e GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

⁴. Cf. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política. vol. 03. RJ: Civilização Brasileira, 2000. p. 13-22.

⁵. Nas décadas de 1920 e 1930, ou seja, no período de entre guerras, teve seu ápice. A política do Terceiro Reich, por exemplo, nos anos iniciais toma a geopolítica como base. Com isso muitos intelectuais e/ou funcionários à serviço do Estado associam esse campo de estudos à conquista do poder, do espaço vital, decorrência da política expansionista do nacional-socialismo. Daí os receios e os preconceitos com que é visto.

“A geopolítica é tratada aqui como uma forma válida para se entender muito do que diz respeito não só à política doméstica, mas principalmente no que se refere às relações de poder no contexto mundial. Enquanto se detêm exclusivamente em seus aspectos geográficos, visando à formulação de uma política estratégica, a geopolítica deve ser entendida como um meio válido para a análise política”. (MIYAMOTO, 1995, p.12)

Para Karl Haushoffer, da Escola de Munique, a geopolítica é uma ciência que se apóia sobre as bases da geografia, principalmente da geografia política. A geopolítica é possuidora das armas utilizadas para a ação política e dos princípios que servem para guiar a vida política, ou seja, a própria base da atuação política, é ela a “consciência geográfica” do Estado.

Merle ao se referir às relações internacionais, afirma que a geopolítica tende a demonstrar a submissão da política internacional dos Estados ao fator geográfico. O espaço, nesta perspectiva, é convertido em fonte de poder. Com isso é necessário considerar a extensão do território de cada Estado e sua posição espacial, além das potencialidades econômicas e militares e os recursos humanos em disponibilidade.

Tendo isto em vista, vale ressaltar que, o fim da Guerra Fria levou à formação de uma Nova Geopolítica (a chamada Nova Ordem Mundial) e isso pode ser observado particularmente do ponto de vista dos interesses estadunidenses na América Latina. Parte dessa propalada Nova Ordem Mundial tem como implicação uma geopolítica que almeja a realização de um projeto de integração chamado Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que vem sofrendo algumas resistências relativas por parte de alguns Estados latino-americanos, como, o Brasil e a Venezuela, a qual contrapõe ora o Mercosul ora uma União Sul-Americana. Contudo, como muito do campo da política é permeado pela retórica, seria necessário um estudo mais apurado a respeito das perspectivas dos países latino-americanos sobre os problemas da integração regional, o que não é o cerne desta pesquisa.

A América Latina teve papel relevante no longo processo de colonização, para a acumulação primitiva de capital por parte das nações européias. A emancipação política dos Estados latino-americanos ocorreu no século XIX, mas foi no século XX que o continente latino-americano passou a ter maior expressão político-econômica no contexto internacional. Isso se deveu a uma série de elementos, mas principalmente em decorrência do desenvolvimento do capitalismo (a industrialização do Brasil, Argentina e México, principalmente) e de algumas revoluções sociais (como a Cubana, a Mexicana e a Nicaragüense). Já nos anos 1990, os países latino-americanos vivenciaram uma maior estagnação econômica (a qual se mostrava evidente, de certa forma, na década de 70) e o enfraquecimento da soberania nacional, em razão das práticas políticas de desregulamentação da economia, deixando-os mais vulneráveis no cenário internacional. Não deixaram de haver lutas sociais e políticas de resistência ao projeto neoliberal, com a sua decorrente forma de organizar o Estado e a economia. Contra o enfraquecimento das instituições sociais mais tradicionais dos trabalhadores surgiram movimentos de defesa de interesses setoriais e mesmo de resgate de identidades culturais. O caso que tem conseguido maior destaque é o da Venezuela, e isso por muitas razões, entre as quais se destaca a posição geopolítica desse país ao mesmo tempo andino, amazônico e caribenho, riquíssimo em petróleo, que obteve na década de 1970 – durante as crises do petróleo, mais especificamente em 1973 e 1979 – lucros exorbitantes. A fratura étnica e social aprofundada pelo neoliberalismo – implantado no contexto de instituições de uma democracia liberal que se forjou desde 1958 – teve implicações no cerne do próprio Estado, com o surgimento de um movimento político-militar, denominado *bolivariano*. O objetivo deste movimento estava em reunir os países reunir os países da América do Sul, ou pelo menos aqueles da antiga Grã-Colômbia, em contraposição aos interesses estadunidenses, identificados como beneficiário dessa divisão. O “discurso bolivariano” no primeiro período da gestão Hugo Chávez Frias (1999-2002) não se apresenta de maneira enfática, considerando o golpe de 2002 como um divisor de águas, que data o final de um período e o início de outro, uma vez que pós-2002 verifica-se uma maior busca de alianças estreitas, por exemplo, com o Brasil na fronteira amazônica e com Cuba na fronteira caribenha, ou seja, a busca de se intensificar laços políticos e comerciais com países regionais. Acrescenta-se a isto, um maior enfrentamento, provavelmente somente no campo da retórica, a respeito da conduta imperialista dos Estados Unidos.

A política externa venezuelana se desenvolveu de maneira ativa, onde se destaca o poderio do poder executivo. Esta pode ser classificada em algumas etapas importantes: 1958 a 1967, quando a diplomacia buscava a consolidação da democracia, assim como alavancar o processo de política de substituição de importações, promover a criação da OPEP e a manutenção da seguridade nacional e regional frente às relações Cuba e União Soviética. De 1967 a 1980, a preocupação era pautada em abrir a agenda econômica, em especial. De 1980 a 1989, nestes anos a política externa se mostrou fragilizada por decorrência da queda dos preços do petróleo e com o crescimento da dívida externa. A partir de 1989, ano que se inicia a segunda presidência de Pérez (1989-1993), há uma adaptação às exigências externas do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial, o que pode ser verificado como tendo um respaldo negativo por parte da população venezuelana. No entanto, Carlos Andrés Pérez tentava praticar uma política menos terceiro-mundista e mais voltada para os temas comerciais, de cooperação e integração Norte e Sul. Medidas as quais foram causas que propiciaram o golpe de Estado em 1992. Rafael Caldera que também chega pela segunda vez na presidência em fevereiro de 1994. Nos seus primeiros anos Caldera permeava entre as exigências estadunidenses e o controle do Estado na economia. Havia, portanto, um certo resguardo com relação ao governo Clinton nos Estados Unidos, o qual se empenhava em aprofundar o neoliberalismo na América Latina, iniciando uma política de defesa dos direitos humanos e de combate ao narcotráfico. Hugo Chávez Frías (tenente-coronel) assume a presidência em fevereiro de 1999, pós-eleições de dezembro de 1998, o qual havia encabeçado o golpe de Estado em fevereiro de 1992, com um discurso nacionalista e visando a manutenção das relações Venezuela-Estados Unidos.

Entendendo por política externa uma atividade centrada no aparato do Estado que exerce ações além de suas fronteiras, sejam ações bilaterais ou multilaterais com os outros Estados ou com outros atores do sistema internacional, é relevante colocar que na nossa perspectiva, o golpe de 11 de abril de 2002⁶, pode ser apresentado como sendo um divisor de águas na administração Hugo Chávez. Um ano após o golpe o discurso crítico se torna mais explícito e mais agudo. O governo venezuelano que – num primeiro momento, deixou as acusações, para com os Estados Unidos a respeito do golpe, sob responsabilidade do Conselho Nacional de Segurança da Venezuela (CNS) – passou em 2004 a fazer acusações diretas. No entanto, a diplomacia Venezuelana, na administração Chávez, parece se apresentar com a mesma preocupação que a de seus antecessores: a preocupação com o petróleo e suas implicações na vida política, econômica e social do país, além de manter fortes laços comerciais com os Estados Unidos, por ser este o seu maior parceiro comercial. Ainda com relação ao petróleo, de acordo com os dados do *Jornal Mundo de 2003*, trinta anos de exploração deste produto em nada contribuiu para a melhoria de vida da população na Venezuela. No ano de 2003 o país teve que cobrir cerca de US\$ 2 bilhões de dólares – serviços de uma dívida externa no total de US\$ 12 bilhões, o equivalente a 80% do PIB.

O único momento em que a política externa Venezuelana mostrou uma certa autonomia frente aos Estados Unidos, foi em 1999. Momento em que estava ocorrendo a guerra de Kosovo, no qual a Venezuela recorreu a sua autonomia de ator internacional para justificar a solicitação da ONU para solucionar a crise. Assim, também se pronunciou contra na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre a condenação da China, de Cuba e do Irã no que diz respeito aos direitos humanos. No ano de 2001 na reunião extraordinária da OEA (Organização dos Estados Americanos), embora tenha sido derrotado em sua defesa, o governo venezuelano defendia a democracia participativa em contraposição à representativa. Em certa medida um aspecto da chamada democracia participativa foi demonstrado no plebiscito o qual possibilitou a permanência de Chávez na presidência pós-golpe.

Objetivos

1. Estudar o conceito de geopolítica tendo em vista fundamentalmente a abordagem de Miyamoto.

⁶ . O golpe de 2002 se refere à conciliação entre a burguesia financeira e industrial com os setores tecnocratas das empresas do Estado da Venezuela, com o objetivo de derrubar Chávez do poder. Assim as atividades do comércio, junto com as empresas de bens de consumo – manufatureiras e algumas transnacionais – pararam suas atividades, assim como a educação, principalmente a privada e o setor de saúde. No entanto, o ponto crucial desta “paralisação” foi à empresa estatal de petróleo a PDVSA, a qual acabou ficando em greve por cerca de cinquenta dias.

2. Estabelecer muito brevemente uma relação entre geopolítica e política externa.
3. Atentar para a ordem internacional pós-Guerra Fria.
4. Caracterizar a política externa venezuelana a partir do pós-Guerra Fria à 2002.

Material e Método

Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico, histórico e geográfico no âmbito da ciência política e das relações internacionais. O ponto de partida é a bibliografia e, assim, desenvolver-se-á análises interpretativas e em menor medida descritivas. A metodologia deverá contemplar as obras levantadas e outros materiais como revistas de política externa, mapas, os discursos de Chávez no período em questão e do Ministro das Relações Exteriores, extraídos do site do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela.

Bibliografia Básica

- ARMAS**, José Antônio de. La independencia de Venezuela. Madrid: Mapfre, 1992.
- AYERBE**, Luis Fernando. O Ocidente e o resto. Buenos Aires, CLACSO, 2003.
- BECKER**, Bertha. A geografia e o resgate da geopolítica. In: Revista Brasileira de Geografia, tomo 2, 1998, p. 100.
- BORON**, Atilio. Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- CHESNAIS**, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- FURTADO**, Celso. A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos. São Paulo: Hucitec, 1986.
- GRAMSCI**, A. Cadernos do Cárcere: Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HOBSBAWM**, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MIYAMOTO**, Shiguenoli. Geopolítica e poder no Brasil. São Paulo/Campinas: Papirus, 1995.
- RAMOS**, Demetrio Perez. Estudios de Historia Venezolana. Caracas: Academia Nacional de la historia; 1988.
- ROLLÓN**, Marisa Ramos (org.). Venezuela: rupturas y continuidades del sistema político (1999-2001). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002.
- ROMERO**, Anibal. Decadencia y crisis de la democracia: a dónde va la democracia venezolana? Caracas: Panapo, 1999.
- SADER**, Emir e **GENTILI**, Pablo (orgs). Pós-neoliberalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- SEITENFUS**, Ricardo. Relações Internacionais. Manole, 2004.
- VILLA**, Rafael Duarte. (2004). “Política externa na administração Hugo Chávez”. IN: Política Externa, 13(1), (Junho/Agosto). Pp. 99-119.
- VILANOVA**, P. El estado y el sistema internacional: una aproximación al estudio de la política exterior. Barcelona: EUB, 1995, p. 12.
- Outras fontes**: Jornal Mundo: Geografia e política internacional. Ano 11. Nº. 02. Abril de 2003. São Paulo: Pangea.

Sites: <http://www.gobiernoonlinea.gov.ve/> ; <http://www.mre.gov.ve>